

A. I. N° - 206902.0002/04-0
AUTUADO - MARIA LURDETE DE SOUZA TEIXEIRA
AUTUANTE - JOSÉ NELSON DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 15.07.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0250/01-04

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/03/2004, exige imposto no valor de R\$ 1.100,00, por ter deixado de recolher o ICMS na condição de Microempresa (SimBahia). Adquiriu, segundo relatório CFAMT, mercadoria para comercialização de janeiro de 1999 a agosto de 2002, sem recolher o ICMS-SimBahia, nos exercícios de 1999 até agosto de 2002, no valor total de R\$ 1.100,00.

O autuado, à fl. 30, apresentou sua impugnação alegando improceder a autuação, sob o fundamento de não ter efetuado as referidas compras. Que outro contribuinte usando de má-fé efetuou diversas compras em seu nome.

O autuante à fl. 58, informou que os relatórios CFAMT 1999 a 2002 indicavam que o autuado efetuou compras nos exercícios de 1999 a 2002, sendo exigido ICMS correspondente à faixa 01, ou seja, de R\$ 25,00 mensais.

Como o autuado e o contabilista não compareceram para prestarem informações, o Auto de Infração foi lavrado em 25/03/04. Depois da autuação e ciência do Auto de Infração é que as cópias das notas fiscais chegaram, via malote, à INFAZ Paulo Afonso, tendo sido anexado cópias reprográficas ao PAF, às fls. 32 a 54.

Esclareceu que para a sua surpresa, os documentos fiscais têm como destinatário das mercadorias a empresa L. J. da Silva de Piatã, IE n° 37.194.790-ME, estabelecida na Praça do Mercado, no município de Piatã – BA.

Disse estar encaminhando as 3ªs vias dos referidos documentos para a INFAZ Seabra, para os devidos fins e que reconhece descaber a ação fiscal. Inclusive, o autuado informou, verbalmente, que pagou os honorários ao contador, desde 1994 para que fosse providenciada a baixa de sua inscrição e, não tendo o mesmo prestado os serviços, denunciou-o ao CRC-BA.

VOTO

Na presente ação fiscal foi exigido o pagamento do ICMS – SimBahia, relativo aos meses de janeiro de 1999 a agosto de 2002, devido na condição de microempresa, por ter sido identificado, através de relatório CFAMT, que o contribuinte adquiriu mercadorias para comercialização no período acima citado.

Provado nos autos, às fls. 33 a 54, que as notas fiscais indicadas como sendo relativas a mercadorias adquiridas pelo autuado, se destinavam a outro contribuinte, ou seja, a empresa L. J. da Silva de Piatã, IE n° 37144740-ME, que por equívoco a GETRA – Gerência de Trânsito da SEFAZ as relacionou como pertencente ao autuado.

O autuante, identificando o equívoco, anexou as cópias reprográficas dos documentos fiscais reconhecendo descaber a exigência do crédito tributário. Informando, inclusive, que o autuado alegou verbalmente não mais exerce atividade de comercialização, desde 1994.

Observo que o Auto de Infração além de ter sido baseado em documentos de terceiros, uma vez que “imposto não recolhido” não é apenado com base em notas fiscais de compras, e muito menos em relatório de CEFAMT. Existe roteiro de fiscalização a ser seguido para situação desta natureza.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206902.0002/04-0**, lavrado contra **MARIA LURDETE DE SOUZA TEIXEIRA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de julho de 2004.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA